

editorial  
editorial

entrevista  
interview

ágora  
agora

tapete  
carpet

artigo nomads  
nomads paper

projeto  
project

expediente  
credits

próxima v!rus  
next v!rus

ÁGORA  
AGORA

ENTRE AS BARRIADAS LIMEÑAS E AS OCUPAÇÕES BELORIZONTINAS  
BETWEEN THE BARRIADAS OF LIMA AND THE OCCUPATIONS OF BELO HORIZONTE  
LETICIA NOTINI, TIAGO LOURENÇO

V!22

REVISTA V!RUS  
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x  
julho . july 2021

PT | EN | PDF



**Leticia Araujo Notini** é arquiteta e urbanista. Atualmente, é pesquisadora do grupo UNSCORRE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membra da Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF Brasil) e militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). leticianotini@gmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/8440918392186724>

**Tiago Castelo Branco Lourenço** é maquetista, tem graduação, é mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente, é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisador no grupo Morar de Outras Maneiras (MOM-UFMG), coordenador do grupo UNSCORRE (UFMG) e membro da Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF Brasil). tcblourenco@gmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/6553218842188216>.

Como citar esse texto: NOTINI, L. A.; LOURENÇO, T. C. B. Entre as barriadas limeñas e as ocupações belorizontinas. **VIRUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021 Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=11&lang=pt>>. Acesso em: 17 Jul. 2021.

## Resumo

As ocupações urbanas de Belo Horizonte guardam grande semelhança com os processos que envolvem as *barriadas* em Lima desde a década de 1940. Ao explorar as semelhanças das ocupações belorizontinas e outras lutas ocorridas na América Latina, evidencia-se que esse não é um movimento local, mas sim uma manifestação de processos de resistência mais amplos. Analisar essas experiências de autoprodução e autoconstrução do espaço a partir da América Latina é suscitar um arcabouço de estratégias de luta muito particulares ao contexto latino-americano. Essa vinculação ilumina o fato de que os processos de Belo Horizonte se assemelham a situações de questionamento da condição de exclusão de amplos setores das populações nos diferentes países da região. Comparar estas experiências ajuda a esclarecer e evidenciar continuidades e descontinuidades temporais e espaciais na luta pela terra urbana e nas lutas populares latino-americanas.

**Palavras-chave:** Resistência Popular, Produção social do espaço, Moradia, América Latina

## 1 Introdução

Em 2009, quando começou a Ocupação Dandara, em Belo Horizonte, a comparação com o início das *barriadas limeñas* foi imediata. Aquele amontoado de barracas de lona parecia o início de uma *barriada* mineira. A comparação se devia à imagem constituída a partir da descrição de um amigo peruano que morou em Lima quando criança. Ele contava que havia um terreno vazio próximo a sua casa que, do dia para noite, apareceu todo preenchido com barracas de esteiras, organizadas num rígido traçado ortogonal que indicava que aquela ação fora orientada por um plano urbano. As *barriadas* — ou *pueblos jóvenes*, como ele dizia — eram como uma favela brasileira organizada. A comparação entre as ocupações urbanas belorizontinas e as *barriadas limeñas* faz parte da construção de sua interpretação enquanto movimentos de resistência urbana que compõem as estratégias de luta latino-americana. A partir de diferentes territórios e países, eles abrigam populações pobres que resistem, com seus modos de vida, em lugares construídos cotidianamente, não definitivos e recriados todos os dias. São experiências de produção do espaço em que a emergência e a exceção são a normalidade.

Belo Horizonte e Lima são exemplos de cidades latino-americanas que apresentam, nas suas paisagens, marcas de trajetórias de exclusão. Belo Horizonte nasce como um símbolo da República brasileira, inaugurada em 1897, foi construída desde então como uma cidade que não considera suas populações pobres como parte de seus cidadãos. Lima, uma cidade formada desde o período colonial, foi a capital do Vice Reino do Peru, e um símbolo da cidade *criolla*<sup>1</sup>. Desde seus primórdios, não se preocupa com a inclusão das camadas pobres, que, até meados do século XX, se concentravam nas áreas rurais. Desde então, elas têm pressionado o território atrás de oportunidades de trabalho. Nos processos de acesso às duas cidades, as camadas populares são lançadas à própria sorte e criminalizadas nas suas tentativas de produzir moradias, seja através das favelas e ocupações urbanas em Belo Horizonte, ou das *barriadas* em Lima.

Apresentaremos continuidades e descontinuidades espaciais e temporais entre as *barriadas* de Lima, que ocorrem desde os anos 1940, e as ocupações de Belo Horizonte ocorridas desde o final dos anos 2000. A percepção e análise da resistência dos setores populares latino-americanos requerem uma avaliação num tempo de longa duração, por isto o marco temporal aqui apresentado abrange quase um século, com verossimilhanças nas estratégias de resistência e luta pela terra urbana nos diferentes países. Este texto tem como hipótese a existência de uma continuidade de estratégias de resistência entre as *barriadas* de Lima e as ocupações de Belo Horizonte. Serão indicadas várias evidências de que estas manifestações populares latino-americanas são contrárias à exclusão que marca as cidades da América Latina.

## 2 As *barriadas* e as ocupações

Desde 1940, Lima convive com uma forte urbanização do seu entorno, devido à migração camponesa, que, segundo Jean-Claude Driant (1991), ocorria desde o final dos anos 1920. Esse processo foi acelerado pelo terremoto de 1940, quando as ocupações de encostas e morros passaram a formar grandes bairros com construções informais e autoconstruídas. Segundo Zibechi (2015), esses acampamentos chamados *barriadas* eram como “ilhas” que nasciam nos interstícios da cidade tradicional. Em 1957, eram 56 assentamentos, abrigando 9,5% da população, que se converteram em 408 assentamentos em 1981 e, em 2004, se tornaram 59% da população. As primeiras *barriadas* ocorrem em terrenos na periferia e próximos aos centros urbanos, em um processo semelhante ao ocorrido em outras cidades do continente. As experiências das *barriadas* foram trazidas para discussão na arquitetura pelo arquiteto inglês John Turner, que, após atuar na reconstrução de Arequipa, atingida por um terremoto em 1958, passou a promover reflexões sobre suas organizações socioespaciais (VEIGA DE CASTRO, BOTAS, 2015). Com seu trabalho, a autoconstrução ganha notoriedade como possibilidade para a gestão do espaço com respeito da autonomia dos moradores em suas decisões sobre como viver<sup>2</sup>.

Turner tomara um caso específico: o assentamento de Pampa de Coma em Lima, com uma população em torno de 30 mil habitantes [...]. Descrevia seus moradores como pertencentes a famílias de classe trabalhadora, com salários muito baixos, e se surpreendia como essa população, sem grande qualificação profissional e sem o instrumental necessário, conseguia planejar grandes áreas habitacionais em escala urbana e construir milhares de unidades de moradia com estruturas minimamente aceitáveis. Na tomada aérea do bairro [...] Turner dá uma ideia desse domínio popular do território, chamando a atenção para o traçado ortogonal obedecido nas ruas e lotes da porção mais plana do terreno (VEIGA DE CASTRO, BOTAS, 2015, p. 83).

A ocupação se dava inicialmente com a construção das *chozas* (habitações temporárias com tapetes e bambu), que, com o passar do tempo, iam se transformando com investimentos, uma consolidação que se manifestava nos novos materiais de construção utilizados. O espaço era, então, produzido num processo longo

que demorava anos. A ausência do Estado e de seus técnicos instigou as reflexões de Turner sobre a autonomia e a criatividade dessas comunidades organizadas.

As ocupações urbanas em Belo Horizonte fizeram parte dos processos de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar (1964-1985). Desde o final dos anos 1970, ocorrem movimentações da sociedade civil demandando a participação do Estado em diferentes setores, dentre eles a moradia e o acesso à terra urbana. Com a Constituição de 1988 e, posteriormente, com o Estatuto da Cidade, em 2001, a moradia e a função social da propriedade passam a figurar como aspectos a serem considerados na formulação de políticas públicas e deveres e direitos do cidadão brasileiro.

A coincidência da redemocratização do Brasil com o advento de políticas neoliberais na condução do Estado é uma das grandes contradições deste período. As políticas de moradia foram algumas das mais afetadas, e a negligência histórica em relação ao tema se manteve. Essa contradição se manifestou em Belo Horizonte através das ocupações urbanas. Já nos anos 1990, começam a ocorrer algumas delas, como foi o caso da Ocupação Corumbiara, em 1996. Desde 2006, várias outras ocupações se verificam na cidade, em uma frequência inicial de uma ou duas por ano. Já em 2016, ocorreram quase dez ocupações na cidade. Elas se assentaram em terrenos vazios na periferia, mas também em prédios na região central, evidenciando uma ausência de políticas habitacionais no município. Elas são realizadas por organizações políticas e pessoas que demandam moradia na cidade, sem acesso segundo as vias institucionalizadas. Quase todas as ocupações contam com o apoio de técnicos da produção social do espaço, como arquitetos, urbanistas, engenheiros e geógrafos.

### **3 Supostos dominados**

Acerca dos setores populares da América Latina, Zibechi (2015) destaca a diferença da sua atuação como dominados. Eles não planejam sua trajetória de luta e resistência. Pelo contrário, seu projeto histórico é construído enquanto é vivenciado. Esta condição é observada nas estratégias de acesso à terra, adotadas à revelia das instituições estatais, quando se afirmam como sujeitos e não subalternos manipulados. O clientelismo e o paternalismo, práticas de relação com o poder que marcam a vida nas províncias, são retomados na formação das *barriadas*, num projeto de conquista de territórios urbanos que exigirá tenacidade desses agentes sociais, estratégia construída durante anos até que esses lugares sejam reconhecidos e suas posses garantidas.

O migrante teve que se adaptar ao contexto que lhe oferecia a cidade e encontrar soluções dentro das possibilidades dadas por sua experiência prévia. Tinha duas opções: submeter-se ao sistema legal vigente aceitando a falta de teto ou violar os limites do sistema estabelecido. A sua origem, assim como sua situação, frente à estrutura social urbana e aos mecanismos existentes na "Cidade Legal", que estão ligados a um sistema de poder que se expressa a nível político, social e econômico, determinou que decidisse pela segunda opção, isso é, a invasão de áreas marginais possíveis de serem urbanizadas. A partir desta decisão, tanto os migrantes como os nativos, que conformam os setores populares urbanos, se converteram em invasores de terrenos, chegando com frequência a apropriá-los pela força. Na maioria dos casos, aumentaram sua eficácia recorrendo ao padrão campesino de clientelismo e recorrendo-se ao paternalismo das autoridades: se usou assim o nome de personalidades públicas influentes do momento e se empregaram nomes de santos, símbolos religiosos ou emblemas patrióticos como as bandeiras vermelho e branco do Peru, que puderam evocar um respaldo real ou psicológico. Mas o melhor aliado dos invasores foi o tempo, pois pela sua tenacidade, as forças de ordem se cansaram, e, ainda que a posse da terra não estivesse assegurada legalmente, empreenderam a construção de suas moradias, as mesmas que iriam paulatinamente complexificando da esteira ao tijolo (MATOS MAR, 1986, p. 77-78, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O ambiente de exclusão e resistência dos setores populares peruanos descrito por Matos Mar é encontrado nas ocupações belorizontinas. Seus moradores promovem práticas que, num primeiro momento, parecem ser manifestações de um submisso, porém, ao observarmos num tempo mais alongado, encontramos, no exercício da paciência, a conquista de espaço numa cidade excludente. No processo de ingresso do Peru na modernidade, a urbanização ocorrida desde os anos 1940 tem, nessa pressão popular, um dos aspectos importantes: territórios que, desde a colonização espanhola representavam o Estado e o discurso oficial, passam a expressar a diversidade cultural do país com uma paisagem em constante mudança. Na formação desses territórios, esse *desborde* popular chama a atenção para uma recorrência de práticas cooperativas e comunitárias que valorizam a vida coletiva e são menos individualistas. Essa condição sofre mudanças com o

passar do tempo, com a incorporação de hábitos urbanos nos quais o individualismo fica exacerbado (MATOS MAR, 1983).

Encontramos também esta cooperação nas lutas populares nas ocupações de Belo Horizonte, conforme o testemunho de um morador da ocupação Eliana Silva ao acompanhar a resistência dos moradores de uma ocupação vizinha que se iniciava em 2014, a Nelson Mandela. Ele relembra o apoio que receberam dos moradores da ocupação Camilo Torres quando foram despejados pela primeira vez:

Daqui de cima, a gente viu descendo um tanto de gente. Viatura da guarda municipal e da polícia militar. A gente, do movimento, se sentiu na obrigação de descer e ajudar. Como a gente teve muito apoio do pessoal de fora, de gente que a gente nunca nem viu na vida, vieram, saíram de lá de onde morava, pra vir pra cá. Por exemplo, quando foi desocupado aqui a primeira vez, o pessoal da Camilo Torres, apoiou muita gente. Na resistência, café, comida. Quem tava com seus pertences lá dentro, cobertor, para o pessoal de fora se enrolar. A gente dentro do movimento sente na obrigação de, quando vê uma pessoa também nessa mesma situação, também ajudar (MILITANTE MLB, 2014).

#### **4 A ação**

Os momentos de tomada da terra têm traços em comum que se confundem com as próprias narrativas, como se vê na descrição de Hernando de Soto, nos anos 1980, sobre a organização de uma *barriada*, que se assemelha à organização de uma ocupação em Belo Horizonte. De Soto destaca o início do processo com uma sequência de reuniões e assembleias de um grupo de pessoas, de uma mesma vizinhança ou região, incitados pelo interesse comum da busca pela moradia (DE SOTO, 1987, p. 54). Uma moradora da Ocupação Eliana Silva, em Belo Horizonte, relata como foi seu contato com o MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, organização política que coordenou a ocupação no ano de 2012:

[...] eu peguei um mosquitinho que falava assim: "Lute pela casa própria, você que mora de aluguel ou de favor, venha conhecer o movimento". Era isso, o MLB, não falava nada de ocupação, eu fui porque falou "Lute pela casa própria". Eu falei: "Caramba, preciso lutar pela casa própria"; na verdade nem era pra mim, meu primeiro pensamento não era pra mim mesma, e eu falei: "Vou lá ver o que é isso; às vezes é um caminho pra eu conquistar a casa da minha mãe". Minha mãe falou que devia ser negócio da prefeitura, e eu falei: "Não é, acho que não é, não. Vamos lá que eles têm um outro caminho", e aí a gente foi. Quando a gente chegou lá as pessoas já estavam se organizando, estava na reta final, pra fazer a primeira Eliana (MILITANTE MLB, 2014).

Após a fase de formação da base, ocorre a ação de ocupar o terreno. As organizações políticas avaliam a viabilidade da ação para que não haja nenhuma surpresa, analisando principalmente as condições de entrada e consolidação no terreno pelo núcleo de famílias estabelecido para ocupar. Segundo De Soto (1987), a escolha por terrenos públicos ou privados também é uma condicionante para avaliação do êxito da ação. No histórico dos processos peruanos, cerca de 90% das tomadas de terra ocorreram em terrenos estatais, principalmente desocupados ou abandonados. "Isso significa que é mais simples invadir ao Estado do que aos particulares, porque, como não se está atingindo ninguém em especial, existem menos estímulos para uma reação" (DE SOTO, 1987, p. 54). Essa situação a respeito da propriedade do terreno difere de Belo Horizonte, onde há sempre maior mobilização dos agentes públicos em reprimir esses atos quando ocorrem em terrenos públicos. Sobre a Ocupação Dandara, um agente público afirma que, nas ações em terrenos particulares, o poder público se torna muitas vezes omissivo e conivente com a situação, afirmando sua falta de condição para responder à demanda habitacional de outra forma (AGENTE PÚBLICO, 2009).

A entrada no terreno é um dos momentos mais importantes. Precisa ser realizada com cuidado, deve-se evitar uma reintegração de posse imediata, a estratégia é descrita por De Soto para as *barriadas* de Lima e também pelos militantes envolvidos com ocupações em Belo Horizonte:

Terminados esses atos preparatórios, realiza-se a invasão. Ela ocorre à noite ou de madrugada, numa data preestabelecida que geralmente coincide com alguma efeméride cívica, para reduzir assim as possibilidades de uma reação rápida das forças policiais. Os invasores, sem se importar se são cem ou 40.000, chegam ao lugar combinado em caminhões ou micro-ônibus alugados, trazendo consigo paus, esteiras e tudo que for necessário para levantar sua primeira habitação. Entram no terreno e hasteiam uma grande quantidade de bandeiras peruanas, tratando de

indicar que não se está cometendo um delito, mas um ato patriótico reivindicatório e de “justiça social” (DE SOTO, 1987, p. 55).

No dia da ação, é uma questão de estratégia também, a gente não socializa com quase ninguém pra informação não ter o risco de vazarem, você até toma cuidado ao escrever isso também, porque isso é um elemento tático importante, isso vem como estratégia também quase que militar, a informação privilegiada pra poucas pessoas, pra não ter o risco dela vazarem e sabotar a missão toda (MILITANTE BRIGADAS POPULARES, 2013).



**Fig. 1:** Início da Ocupação Eliana Silva, 2012. Fonte: Acervo MLB, 2012

A escolha dos nomes das *barriadas*, entre os anos 1940 e 1980, ou das ocupações é também outra continuidade que atravessa os tempos e lugares. A estratégia afirma tanto a construção de uma imagem positiva daquela resistência urbana, quanto, nos casos peruanos, de uma prevenção para driblar eventuais repressões. De Soto (1987) relata diversas situações em que se utilizam nomes de figuras renomadas para se batizar os assentamentos, na tentativa, inclusive, de comprometê-los na luta a favor dos ocupantes. Há casos emblemáticos de *barriadas* com o nome de presidentes em exercício, como no caso de Juan Velasco Alvarado, e com o nome de primeiras-damas e esposas de parlamentares, como o assentamento María Delgado de Odría. Em ocupações no Rio Janeiro, nos anos 2000, Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira também observaram essa estratégia, chamando a atenção para o acampamento denominado pelos próprios moradores de Rosa Luxemburgo (SOUZA, TEIXEIRA, 2009). Souza e Teixeira apontam para a contradição de se qualificar pejorativamente tais ações como badernas, enquanto elas homenageiam, a partir de seus nomes, símbolos históricos importantes. Neste sentido, a escolha do nome demonstra haver “uma história por trás” dessa ação (SOUZA, TEIXEIRA, 2009, p. 57). Após estes momentos iniciais (figura 1), as organizações políticas e os moradores continuam mobilizados para conquistar o acesso a outras demandas, que envolvem o cotidiano nos territórios ocupados.

## 5 Os técnicos

O apoio de técnicos da produção social do espaço ocorreu tanto nas *barriadas*, quanto nas ocupações. No Peru, há um aspecto importante que contribuiu para a participação desses profissionais: a Lei 13.517, promulgada em 1961, durante o primeiro governo de Fernando Belaúnde Terry, que traçava mecanismos para melhoria e regularização dos assentamentos informais.

A grande diferença entre as *barriadas* antes e depois de 1961 foi dada pela Lei 13.517 e seus regulamentos [...] Mesmo se tratando de uma invasão de terrenos baldios de propriedade incerta, as famílias sabiam que um dos requisitos para obter o reconhecimento da ocupação consistia em apresentar um plano de assentamento que estivesse de acordo com as normas da lei. Por isso, nos anos sessenta, se afirmava que as famílias "invadiam com o plano", o que, por ser um exagero, é revelador da ordem urbanística que imperava nas urbanizações "espontâneas" ou informais dos anos sessenta e setenta (RAMÍREZ CORZO, RIOFRÍO, 2006, p. 12, tradução nossa)<sup>4</sup>.

O caso da Villa El Salvador é emblemático para entender esta atuação do Estado, com a consolidação do projeto nacional das *barriadas planificadas e asistidas* (MARTIN BOCANEGRA, 2009). A Villa foi uma proposta do governo de Juan Velasco para uma *invasión*<sup>5</sup> organizada por migrantes. Segundo Burt (2003), a ocupação inicial ocorreu em um terreno estatal e foi organizada por cerca de 200 famílias, que, em poucos dias, se tornaram mais de 9000, avançando para terrenos particulares no entorno. "Pressionado a demonstrar seu compromisso com os setores pobres que seu regime prometia beneficiar, Velasco decidiu realocar os invasores para uma extensa região árida de areia e deserto a 26 quilômetros ao sul de Lima." (BURT, 2003). A Villa El Salvador constituiu um dos primeiros modelos de território autogestionário do Peru. Os técnicos responsáveis pelo planejamento urbano compunham o CUAVES, Comunidade Urbana Autogestionária da Villa El Salvador, que supervisionava o desenvolvimento e a expansão do território e representava a comunidade junto aos órgãos estatais (BURT, 2003). Também tinham a função de monitorar as iniciativas comunais, por meio do SINAMOS, Sistema Nacional de Mobilização Social.

Em 1984, durante o governo de Alfonso Barrantes, o projeto da *barriada* de Huaycán ganha destaque pela atuação das famílias em parceria direta com Equipes Técnicas do município para o desenvolvimento do projeto urbano da comunidade, por meio do Programa Especial de Habilitação Urbana Progressiva:

O plano contemplava soluções econômicas e comunitárias de moradia, a participação ativa dos moradores tanto no desenho final quanto na execução das obras, e a formação de uma associação de moradores que garantisse a continuidade de uma organização política participativa na nova localidade (Calderón, Oliveira, 1989). A associação de moradores se desenvolveu e hoje leva o nome de *Comunidad Urbana Autogestionaria de Huaycán* ou CUAH (NAVARRO, 2011, p. 96, tradução nossa)<sup>6</sup>.

As experiências *limeñas* tiveram duas frentes: i. a da população organizada e autoprodutora dos espaços; e ii. a institucional, na presença do Estado como interventor direto e como mediador pelas equipes técnicas. A auto-organização ganha destaque com a articulação dos *comités barriales*, construindo formas de organização ativa para tomada de decisões. A presença dos arquitetos tem sido importante também na luta das ocupações belorizontinas. A aliança desses profissionais com moradores e organizações políticas contribui para a estratégia de disputa institucional. Ela evidencia a legitimidade da ocupação também a partir de argumentos técnicos, que antes eram utilizados somente pelos agentes estatais, e legitimando a própria situação físico-espacial. Em princípio, a ocupação é vista pelas instâncias externas simplesmente como uma nova favela, mas quando se apresenta seu plano urbano, elaborado por arquitetos e formalizado na linguagem das instituições, esse argumento perde força.

Porque um lugar que tem um projeto, que não é uma coisa desordenada, você ganha até mais moral com o poder público. O pessoal já pensa que as pessoas não está ali para fazer baderna. A polícia não vai chegar lá quebrando tudo. [...] Se a comunidade está lá até hoje, tirando a luta do povo, foi a arquitetura. Porque se tivesse deixado a ocupação crescer desordenadamente, sem aquele projeto das ruas, como foi feito, se tivesse deixado os becos, eu acho que a comunidade já teria saído há muito tempo. O projeto ficou muito bom e é muito respeitado (MORADOR OCUPAÇÃO, 2014).

Estes técnicos são, em sua maioria, vinculados a grupos de pesquisa e extensão de universidades e organizações da sociedade civil, que atuam como grupos de assessoria técnica em Belo Horizonte. O trabalho junto às ocupações se desenvolve também em duas frentes. A primeira é a da demanda urgente que chega direto do movimento social ou das famílias ocupantes, como no caso da Ocupação Dandara (figura 2) e da construção de seu projeto urbano, utilizado como instrumento técnico nas mesas de negociação e como base para distribuição das famílias pelas quadras (LOURENÇO, 2014). A segunda é a da proposição de ações em conjunto aos territórios, como no caso do projeto do Parque das Ocupações do Barreiro (2017), que prevê a requalificação ambiental e integração moradia/natureza num território de vale que congrega sete ocupações urbanas. A presença dos arquitetos nas ocupações amplia apoios indiretos, extrapola disputas políticas mais

imediatas e prestigia uma ação que em princípio infringe as regras desta sociedade. Ocupar um terreno é entendido, pela maioria das pessoas, como um roubo. Quando a ação é apoiada por instituições respeitadas, como as universidades, criam-se dúvidas e ampliam-se possibilidades de quebrar paradigmas.



**Fig. 2:** Ocupação Dandara, 2011. Fonte: Acervo COAU, 2011. Disponível em: <https://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-dandara/>. Acesso em: 08 mai 2021.

## 6 As instituições

Um aspecto importante a ser destacado nas comparações entre as *barriadas* e as ocupações é a forma como o discurso institucionalizado é incorporado ou negado durante a produção desses espaços. Para Mario Vargas Llosa (1987), a informalidade é algo que ocorre devido às dificuldades de integração da população excluída:

A “informalidade” é uma resposta da maioria contra esse sistema que a tornou tradicionalmente vítima de um tipo de apartheid econômico e legal. Nesse sistema, as leis pareciam pensadas para barrar-lhes o acesso a direitos tão elementares como ter um trabalho e dispor de um teto (VARGAS LLOSA, 1987, p. 21).

Essa informalidade que se torna resistência pela inclusão é experimentada no pragmatismo das *barriadas* e também entre as camadas populares brasileiras que compõem as ocupações belorizontinas. Diferente dos setores médios brasileiros, que têm uma grande preocupação com a corrupção, as questões imediatas do cotidiano são as que preocupam os setores populares (SOUZA, 2010). A partir dos anos 1960, ocorreram no Peru transformações importantes na relação das instituições com as populações migrantes do campo, que chegavam às cidades. Matos Mar (1990) considera que essas mudanças se devem às mobilizações populares que ocorriam desde os anos 1950 com as primeiras *barriadas*, as mobilizações dos operários e as greves dos camponeses. Elas levaram ao reconhecimento institucional das *barriadas* pela lei 13.517, em 1961, e essas condições foram fortalecidas com o golpe militar de Juan Velasco, em 1968.

Para Matos Mar (1986), as instituições, no Peru, toleram as ações das classes populares por não conseguirem resolver a inclusão desses setores. Essa condição também ocorre no Brasil. A incorporação das demandas populares é quase sempre mediada por agentes habituados aos ambientes institucionalizados. Quando não são incorporadas, elas são simplesmente ignoradas, em uma tolerância cuja razão não é o respeito ao outro, mas a incapacidade de inclusão de parte de seus cidadãos. Frente a essa incapacidade, as instituições peruanas apropriam-se da autoconstrução e de outras manifestações desse ‘estouro’ popular, inclusive com ações do Estado que fomentam a sua prática, como lembra Gustavo Riofrío e Alfredo Rodriguez (1980). Esses

autores avaliam políticas públicas deficitárias que incentivam a autoprodução por não apresentarem condições de promover a inclusão daquelas populações por outras vias:

A população se vê forçada a se auto explorar para adquirir o mínimo para subsistir. O Estado e a burguesia convertem essa atividade em um sistema, o apóiam, o aplaudem e o estimulam. Além disso, concedem parte da reivindicação como doação, fomentando a auto exploração, que é batizada com o nome de autodesenvolvimento (RIOFRÍO, RODRÍGUEZ, 1980, p. 79, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Comparando as relações entre os setores populares e as instituições, no Peru e no Brasil, fica evidente que há, no Peru, uma incorporação das demandas populares para que elas continuem não sendo atendidas. No Brasil, não ocorre essa incorporação e, sim, a criminalização. Apesar das contradições que essas 'políticas públicas' têm apontado, elas também indicam que uma política habitacional para atendimento às demandas populares, no Peru e no Brasil, deve considerar as práticas dessas populações. Parece que o ideal passa por uma produção do espaço que possa ter continuidade e não seja dependente de instituições impessoais e de difícil controle. Esse aspecto tem um grande peso na escolha que os moradores fazem por continuar morando em uma *barriada* ou ocupação, ao invés de mudar-se para conjuntos habitacionais construídos pelo Estado.

A relutância do corpo técnico em reconhecer a capacidade e criatividade das camadas populares para tomar decisões é um dos grandes desafios a serem superados. Há pouca predisposição para observar como os moradores constroem suas casas e como são suas soluções espaciais. Para Turner (2018), essa ineficiência do corpo técnico se soma a uma falha estrutural dos programas públicos de habitação. Estes são sempre avaliados por seus aspectos físicos e a moradia não é tratada como experiência, que não se encerra nas suas questões aparentemente objetivas. Essa concepção fechada, que não permite a interação daquele que é tratado como um usuário infantilizado, caracteriza a política habitacional: a ele não é permitido intervir na moradia. Porém, na sua prática cotidiana, a edificação é um processo, algo dinâmico, que não se encerra ao término da sua construção. Assim, o Estado fica oscilando entre duas posições: aceitar sua incapacidade e assumir um papel meramente formal e inócuo, ou responder a essa situação com agressividade, tentando, sem legitimidade, afirmar seu controle sobre o processo (MATOS MAR, 1986).

Essa ineficiência oficial levou à consolidação da informalidade como marca da nova identidade peruana. A ausência de regulamentação permitiu a manifestação dessa resistência cultural, e legitimou a ausência estatal, deixando desassistida boa parte de seus cidadãos. Nesta condição, Matos Mar (1986) destaca as estratégias de sobrevivência dos migrantes andinos ao chegarem a cidades como contestatórias, com suas ações de ajuda mútua e colaboração entre seus membros. Essa condição de sujeitos com uma lógica interna própria deve ser lembrada pelas institucionalidades ao atuar entre as camadas populares. As experiências de moradia das camadas populares peruanas e brasileiras são respostas à ineficiência dos seus Estados. Contudo, proporcionam experiências de produção social do espaço que desconsideram os aspectos hegemônicos da produção habitacional e indicam outros caminhos a serem considerados para que a ineficiência estatal não seja ainda maior.

## **7 Considerações finais**

Desde os anos 1940, as *barriadas limeñas* são uma expressão das diferentes culturas indígenas dos Andes em um território até então exclusivo da expressão oficial. As *barriadas* e seu aspecto de informalidade são a expressão de um grupo social que até então se comportava como testemunha (RIBEIRO, 2014) na construção de uma nação que não os incluía. Desde então, ele coloca-se como parte desse processo, com suas estratégias de sobrevivência fundadas em outros princípios. Em Belo Horizonte, por sua vez, a resistência das classes trabalhadoras vem desde a construção da capital mineira, quando já não viam a si mesmas dentro do imaginário construído da cidade moderna. As ocupações urbanas, a partir da década de 1990, espacializam essas relações de exclusão também como um reflexo da ineficiência estatal em construir alternativas efetivas no âmbito da habitação, e da contraposição ao advento das políticas neoliberais em curso no país.

A casa autoconstruída com tanto esforço é motivo de orgulho e constitui a base material onde se constrói uma nova identidade entre os migrantes que chegam a Lima, desde os anos 1940. Esse papel também é assumido entre os moradores das ocupações de Belo Horizonte. A autoprodução do espaço, que ocorre nas *barriadas limeñas* e nas ocupações belorizontinas, apresenta semelhanças que indicam ser esse um aspecto importante na formação política da base social que compõe esses territórios de resistência na América Latina. Neste sentido, esses movimentos não são apenas respostas locais, mas trazem uma continuidade de estratégias de luta muito particulares ao contexto latino-americano, contrapondo-se a um sistema de exclusão socioespacial que envolve grande parte da população. Frente a esse quadro, as lutas urbanas latino-americanas e suas marcantes espontaneidades evidenciam uma tradição que precisa ser estudada para a compreensão do desenvolvimento da região. Este trabalho procura contribuir com a sistematização desses eventos, ao compará-los, destacando suas continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço.



## Referencias

- AGENTE PÚBLICO. **Entrevista Agente Público**. [out. 2009]. Entrevistador: Tiago Castelo Branco Lourenço. Belo Horizonte, 2009. 1 arquivo .mp3 (60 min).
- BURT, J-M. **La lucha por las barriadas de Lima**: el caso de Villa El Salvador. Lima: Amigos de Villa, 2003.
- DE SOTO, H. **Economia subterránea**: uma análise da realidade peruana. Trad. Gilson Schwartz. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- DRIANT, J. **Las barriadas de Lima**: historia e interpretación. Lima: Institut Français d'Études Andines; Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo - DESCO, 1991.
- LOURENÇO, T. C. B. **Cidade ocupada**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2014.
- MARTIN BOCANEGRA, V. A. **A política urbana em bairros populares no Peru**: limites e desafios para o desenvolvimento e a inclusão social. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2009.
- MATOS MAR, J. Dominación, desarrollos desiguales y pluralismo en la sociedad y cultura peruana. In: COTLER, J.; ESCOBAR, A.; MATOS MAR, J.; SALAZAR BONDY, A.; BRESANI, J. B. **Perú problema**: cinco ensayos. Lima: IEP Ediciones, 1983.
- MATOS MAR, J. (ed.). **Desborde popular y crisis del Estado**: el nuevo rostro del Perú en la década de 1980. Lima: IEP Ediciones, 1986.
- MATOS MAR, J. **Las migraciones campesinas y el proceso de urbanización en el Perú**. Lima: UNESCO, 1990.
- MILITANTE BRIGADAS POPULARES. **Entrevista militante Brigadas Populares**. [dez. 2013]. Entrevistador: Tiago Castelo Branco Lourenço. Belo Horizonte, 2013. 1 arquivo .mp3 (120 min).
- MILITANTE MLB. **Entrevista militante MLB**. [fev. 2014]. Entrevistador: Tiago Castelo Branco Lourenço. Belo Horizonte, 2014. 1 arquivo .mp3 (120 min).
- MORADOR OCUPAÇÃO. **Entrevista morador ocupação**. [jan. 2014]. Entrevistador: Tiago Castelo Branco Lourenço. Contagem, 2014. 1 arquivo .mp3 (100 min).
- NAVARRO, D. Transformando el espacio público: El trabajo de una radio local religiosa en una comunidad urbana marginal. In: **Trazos de una otra comunicación en América Latina**: Prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales. Colômbia: Editorial Universidad del Norte, 2011.
- PARQUE DAS OCUPAÇÕES DO BARREIRO. **Caderno técnico desenvolvido pelo grupo de extensão Natureza Urbana do Indisciplinar**, UFMG, e discentes da disciplina Pflex - Parque das ocupações do Barreiro. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2017/09/Parque-das-Ocupa%C3%A7%C3%B5es-com-mapas-atualizados-e-map%C3%A3o-edi%C3%A7%C3%B5es-junho.2017-1.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.
- RAMÍREZ CORZO, D.; RIOFRÍO, G. **Formalización de la propiedad y mejoramiento de barrios**: bien legal, bien informal. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo - DESCO, 2006.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RIOFRÍO, G.; RODRÍGUEZ, A. **De invasores a invadidos (2)**: 10 años de autodesarrollo en una barriada. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo - DESCO, 1980.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: a nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, M. L. S.; TEIXEIRA, E. T. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. **Cidades**, v. 6, n. 9, 2009.

TURNER, J. F. C. **Autoconstrucción**: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018.

VARGAS LLOSA, M. Prólogo. In: DE SOTO, H. **Economía subterránea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987, p. 13-24.

VEIGA DE CASTRO, A. C.; BOTAS, N. A. Visões e representações da marginalidade no território: de Lima à metrópole latinoamericana (1950-1970). In: URQUIDI, V. G. F-D.; NEPOMUCENO, M. M.; LAGO, M. C.; DE OLIVEIRA, T. (org.). **Simpósio Internacional "Pensar e Repensar a América Latina"**. São Paulo: ECA/USP, 2015.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

---

**1** Criollos são os colonos brancos nascidos na América e descendentes dos espanhóis. Eles faziam parte da classe dominante da América Espanhola. As cidades formadas durante a colonização espanhola eram muito influenciadas pela concepção espacial de sua metrópole. Após a independência dos países da região, essas cidades passam a sediar e expressar o poder desse criollo que exerce o domínio político e econômico dos novos Estados Nacionais que se formam.

**2** Há de se pesar, no entanto, a facilidade de aplicação desse discurso em narrativas neoliberais de atuação mínima do Estado na provisão dos serviços básicos à população.

**3** Do original em espanhol: *El migrante tuvo que adaptarse al contexto que le ofrecía la ciudad y encontrar soluciones dentro de las posibilidades dadas por su experiencia previa. Tenía dos opciones: someterse al sistema legal imperante aceptando la falta de techo o violentar los límites del sistema establecido. Su origen, así como su situación, frente a la estructura social urbana y los mecanismos existentes en la 'Ciudad Legal', que están ligados a un sistema de poder que se expresa a nivel político, social y económico, determinó que decidiera por la segunda opción, es decir la invasión de áreas marginales posibles de ser urbanizadas. A partir de esta decisión, tanto los migrantes como los nativos que conforman los sectores populares urbanos, se convirtieron en invasores de terrenos, llegando con frecuencia a apropiarlos por la fuerza. En la mayoría de los casos aumentaron su eficacia recurriendo al patrón campesino de clientelaje y acogiéndose al paternalismo de las autoridades: se usó así el nombre de personajes públicos influyentes del momento y se emplearon nombres de santos, símbolos religiosos o emblemas patrios como las banderas rojiblancas del Perú que pudieran invocar respaldo real o psicológico. Pero lo mejor aliado de los invasores fue el tiempo, puesto que lograron en base a su tenacidad de las fuerzas de orden se cansaron, y aunque la posesión de suelo no estuviera asegurada legalmente, emprendieron la construcción de sus viviendas, las mismas que irían paulatinamente complicándose desde la estera hasta el ladrillo* (MATOS MAR, 1986, p. 77-78).

**4** Do original em espanhol: *La gran diferencia entre las 'barriadas' antes y después de 1961 estuvo dada por la ley 13.517 y su reglamento [...] Aún si se tratara de una invasión de terrenos eriazos de incierta propiedad, las familias sabían que uno de los requisitos para obtener el reconocimiento de la ocupación consistía en presentar un plano del asentamiento que esté de acuerdo a las normas de la ley. Por eso en los años sesenta se afirmaba que las familias 'invadían con el plano', lo cual, siendo una exageración, es revelador del orden urbanístico que imperaba en las urbanizaciones 'espontáneas' o informales de los años sesenta y setenta* (RAMÍREZ CORZO, RIOFRÍO, 2006, p. 12).

**5** Na maioria dos países andinos, utiliza-se o termo *invasión* como referência para as tomadas de terra. No Brasil, os movimentos sociais trouxeram a discussão acerca do termo *invasão*. O termo tem origem nas práticas coloniais, quando o território foi expropriado da população originária. Ou seja, *invasão* é a expropriação de algo em utilização. O termo *ocupação* diz respeito ao dever constitucional do Estado de fazer cumprir a função social da propriedade e garantir moradia digna para todos; dar utilização para territórios subutilizados ou vazios.

**6** El plan contemplaba soluciones económicas y comunitarias de vivienda, la activa participación de los pobladores tanto en el diseño final como en la ejecución de las obras, y la formación de una asociación vecinal que aseguraría la continuación de una organización política participativa en la nueva localidad (Calderón, Oliveira, 1989). La asociación vecinal se desarrolló y lleva hoy el nombre de Comunidad Urbana Autogestionaria de Huaycán o CUAH (NAVARRO, 2011, p. 96).

**7** Do original em espanhol: *La población se ve obligada a auto explotarse para procurar lo mínimo para subsistir. El Estado y la burguesía convierten esta actividad en un sistema, lo apoyan, lo aplauden e*

*incentivan. Además, otorgan parte de la reivindicación como donación, fomentando la auto explotación que se bautiza con el nombre de autodesarrollo (RIOFRÍO, RODRÍGUEZ, 1980, p. 79).*